



MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL
DIRECÇÃO-GERAL DO EMPREGO E DAS RELAÇÕES DE TRABALHO
DIVISÃO DE ESTUDOS DE RENDIMENTOS DO TRABALHO

Contratação colectiva de trabalho

**Relatório sobre a regulamentação colectiva de trabalho publicada no 1º
semestre de 2010
DERT-DGERT**

Contexto económico actual

De acordo com o INE, o crescimento do PIB no primeiro trimestre de 2010 situou-se em 1.8 por cento em relação ao primeiro trimestre de 2009 (1.1 por cento em relação ao trimestre anterior). A evolução em termos homólogos resultou de um elevado dinamismo do consumo privado, nomeadamente no respeitante ao aumento das despesas de aquisição de veículos automóveis, bem como de um efeito de base relacionado com a forte queda da procura global no primeiro trimestre de 2009, particularmente expressiva nas exportações e na FBCF.

No 2º trimestre de 2010, o indicador de clima económico continuou a sua trajectória ascendente iniciada no 2º trimestre do ano passado. Também o indicador de actividade económica continuou a crescer, dando continuidade a uma evolução positiva iniciada no final do 2º trimestre do ano passado.

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao trimestre terminado em Maio, indicam que¹:

Na indústria transformadora, os índices de produção e de volume de negócios cresceram 3,4% e 13,1% respectivamente (4,8% e 11,7% no trimestre anterior);

O índice de produção na construção e obras públicas diminuiu 7,2% (-8,1% no trimestre precedente);

Os índices de volume de negócios nos serviços e no comércio a retalho registaram crescimentos de 4,2% e de 0,9%, respectivamente (2,5% e 0,4% no trimestre anterior).

¹ Informação disponibilizada no BMEP nº7/2010 – Conjuntura da responsabilidade do GEE/GPEARl.

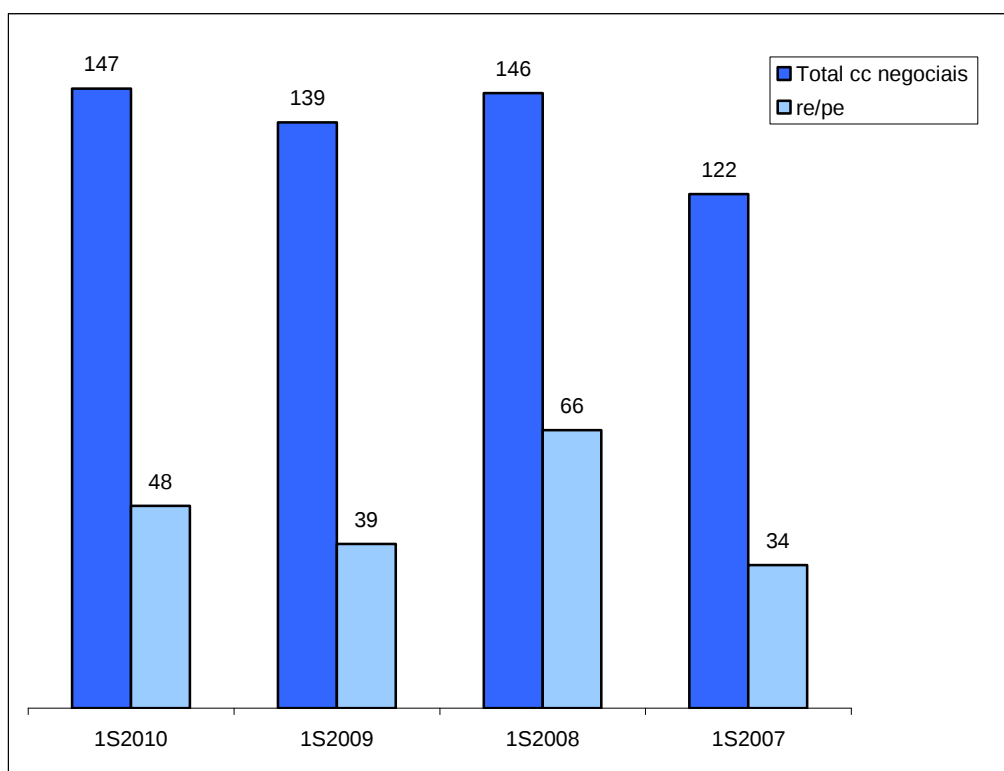
MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL
DIRECÇÃO-GERAL DO EMPREGO E DAS RELAÇÕES DE TRABALHO
DIVISÃO DE ESTUDOS DE RENDIMENTOS DO TRABALHO

IRCT publicados

No conjunto dos Instrumentos de Regulamentação Colectiva de Trabalho (IRCT), negociais ou não negociais, evidencia-se uma trajectória ascendente na publicação destes instrumentos no primeiro semestre de 2010, traduzida pelo aumento de 5,7% e de 20,5% em relação ao primeiro semestre de 2009 e de 2007, respectivamente. (Ver Gráfico I)

Gráfico I

Total de convenções colectivas e de regulamentos/portarias de extensão publicadas nos 1º semestres de 2007 a 2010



Fonte: DGERT

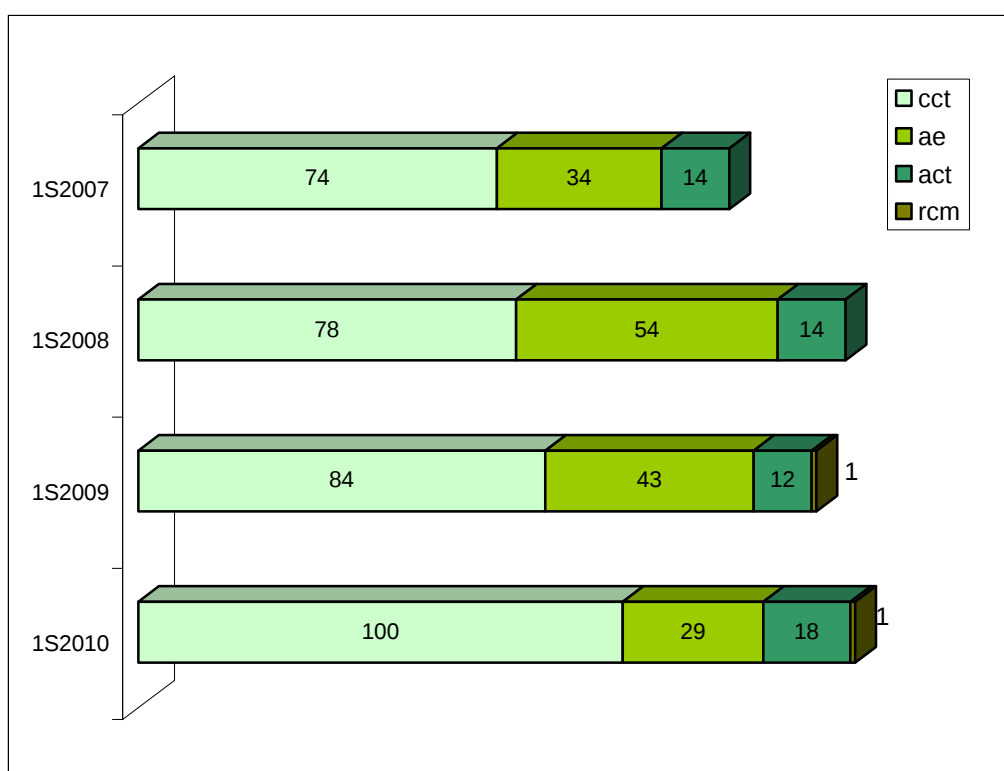
MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL
DIRECÇÃO-GERAL DO EMPREGO E DAS RELAÇÕES DE TRABALHO
DIVISÃO DE ESTUDOS DE RENDIMENTOS DO TRABALHO

Tipos de convenções

Em termos de estrutura mantém-se a importância relativa dos contratos colectivos relativamente aos outros tipos de convenções (cerca de 70%). No período analisado o peso deste tipo de convenções variou entre 67% e 53%, valores compensados pelo peso dos Acordos de Empresa, que, no mesmo período variou entre 20% e 37%, situações que se verificaram para os semestres de 2010 e 2008, respectivamente. (Ver Gráfico II)

Gráfico II

Tipos de IRCT publicados nos 1º semestres de 2007 a 2010



Fonte: DGERT

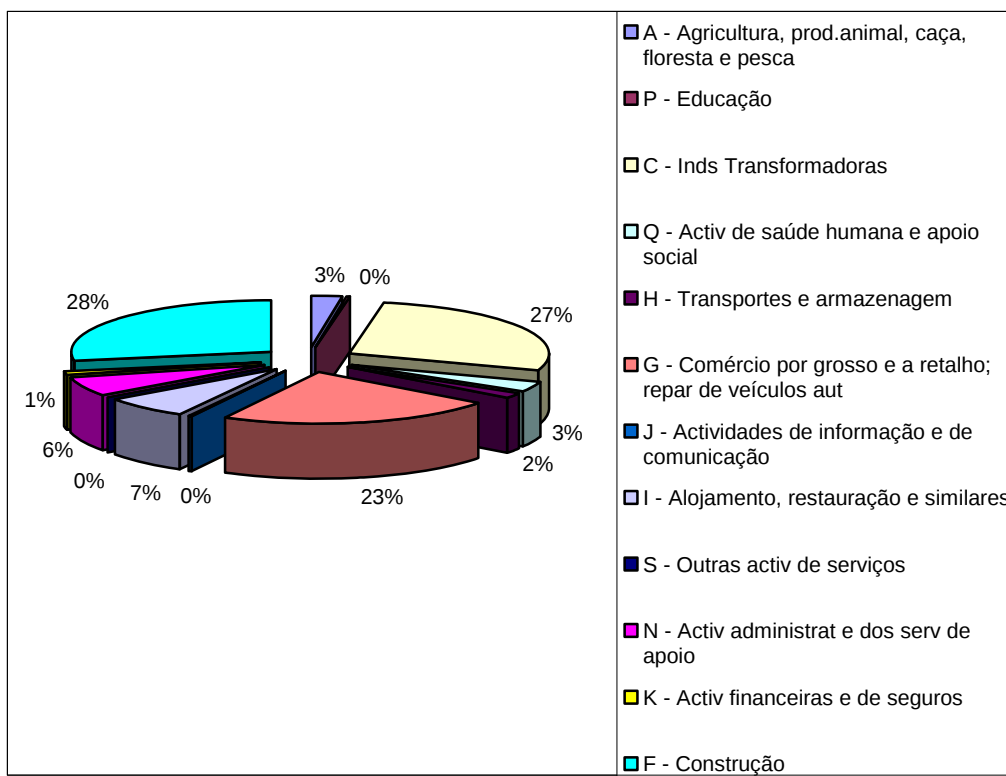
MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL
DIRECÇÃO-GERAL DO EMPREGO E DAS RELAÇÕES DE TRABALHO
DIVISÃO DE ESTUDOS DE RENDIMENTOS DO TRABALHO

Trabalhadores abrangidos

Neste semestre, que abrange sectores ou empresas com 1 195 148 trabalhadores², as actividades económicas com maior dinamismo na negociação colectiva são a Construção que envolve 28% do total dos trabalhadores abrangidos, a Indústria Transformadora com 27% do total e o Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos (23%). Estas três actividades económicas, no seu conjunto, representam 78% do total dos trabalhadores abrangidos. (Ver Gráfico III)

Gráfico III

Distribuição dos TCO por actividades económicas abrangidos pela Regulamentação Colectiva no 1º semestre de 2010



Fonte: DGERT

² O número de trabalhadores referenciado é distinto do apurado para a informação relativa à variação intertabelas por incluir os TCO abrangidos por primeiras convenções, assim como os abrangidos por revisões não salariais. Exclui o valor apurado para os trabalhadores da Portaria de Condições de Trabalho para os administrativos pela transversalidade da sua distribuição.

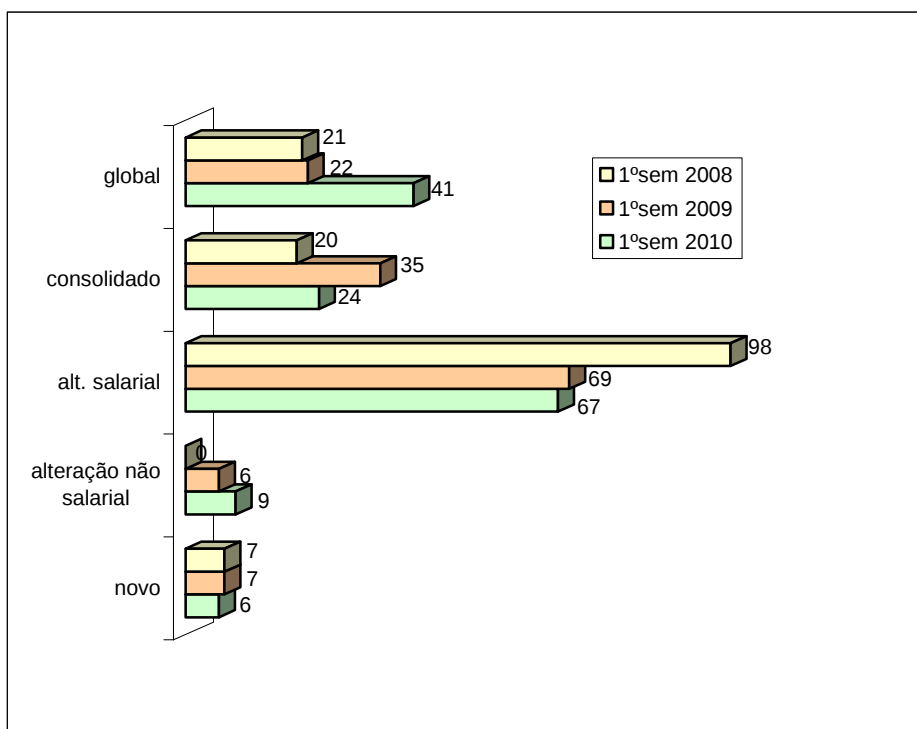
MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL
DIRECÇÃO-GERAL DO EMPREGO E DAS RELAÇÕES DE TRABALHO
DIVISÃO DE ESTUDOS DE RENDIMENTOS DO TRABALHO

No 1º semestre de 2010 o tipo de texto publicado predominante é respeitante a alterações salariais (46%), seguindo-se os textos de revisão global (28%).

O texto consolidado que é obrigatório na terceira revisão consecutiva parcial corresponde a 16% do total.

As novas convenções mantiveram uma menor visibilidade nos semestres analisados, entre 2008 e 2010, representando, nos primeiros seis meses de 2010, 4% do total. (ver Gráfico IV)

Gráfico IV



Fonte: DGERT



MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL
DIRECÇÃO-GERAL DO EMPREGO E DAS RELAÇÕES DE TRABALHO
DIVISÃO DE ESTUDOS DE RENDIMENTOS DO TRABALHO

Variação média ponderada intertabelas

No 1º Semestre de 2010 foram publicadas **147** Convenções Colectivas e **1** Portaria de Condições de Trabalho para os trabalhadores administrativos, tendo sido abrangidos por alterações salariais **1 174 883** trabalhadores. Estes valores são superiores aos registados no período homólogo do ano anterior (141 convenções e 875 625 trabalhadores).

Foram publicadas algumas convenções com um número bastante significativo de trabalhadores: o “**CCT Construção**”, em Março, outorgado por associações sindicais afectas à UGT, o “**CCT Supermercados e hipermercados**”, em Maio, assinado por associações sindicais da linha CGTP, o “**CCT Indústria do vestuário e confecção**”, em Junho, assinado por sindicatos e federações das duas tendências sindicais; e a “**PCT para os trabalhadores administrativos**” publicado em Abril. Estas convenções abrangem 50,7% dos trabalhadores do período em análise.

A **eficácia média ponderada** das tabelas anteriores foi de **15,8 meses**, valor superior quer ao do 1º semestre de 2009 (12,8), quer ao do 2º semestre (15,5).

A **variação média intertabelas anualizada para o total dos IRC** assumiu o valor de **2,5 %**, enquanto a **variação para os IRC cujas tabelas anteriores tinham um ano de eficácia** atingiu **3,1 %**. O primeiro destes valores difere quanto ao registado no 1º semestre do ano anterior, enquanto o segundo foi igual (3,0% e 3,1% respectivamente).

Analisando as variações intertabelas anualizadas por actividades, tendo em conta, apenas, os sectores com emprego mais significativo, constata-se que, a “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca”, as “Indústrias transformadoras”, e o “PCT para os trabalhadores administrativos” apresentaram um aumento superior à média (4,0%, 3,5% e 3,0%, respectivamente); enquanto todas as outras actividades revelaram aumentos inferiores à média (variando entre 1,0% e 2,4%).

Para a **totalidade dos IRC**, as **variações médias anualizadas deflacionadas** com os acréscimos médios do IPC, medidos entre as datas do início de eficácia das tabelas publicadas e das tabelas anteriores (*inflação passada*), foram positivas em todos os sectores de actividade com excepção das “Actividades financeiras e de seguros” (-0,9). O total das actividades teve uma variação positiva de 2,4.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL
DIRECÇÃO-GERAL DO EMPREGO E DAS RELAÇÕES DE TRABALHO
DIVISÃO DE ESTUDOS DE RENDIMENTOS DO TRABALHO

As **variações médias deflacionadas para os IRC cujas tabelas tinham um ano de eficácia**, que abrangeram **69,6% dos trabalhadores do período**, foram, também, positivas para a maioria dos sectores, tendo a respectiva média assumido o valor de **2,7**. O sector das “Actividades financeiras e de seguros” foi o único que apresentou uma variação negativa.